

APRESENTAÇÃO

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2026v86p3-12>



I

Quando, em 1965, lançou para uma audiência de escritores e intelectuais japoneses a pergunta “o escritor é um intelectual?”, Sartre o fez tão somente como recurso retórico. Ele não tinha dúvida alguma em relação a isso. Afinal, o que ele era senão justamente isso: um escritor mundialmente laureado que encarnava a figura do intelectual “universal”. Para Sartre, assim como para muitos outros antes e depois dele, o intelectual é aquele que, tendo obtido reconhecimento social em outros campos específicos (artes, ciências, etc.), faz uso desse capital para intervir na arena dos debates públicos, para além de suas competências específicas (“o intelectual é aquele que se mete no que não é de sua conta”, afirmou), mas sempre em defesa de valores considerados superiores e, nessa exata medida, “sagrados”. Do idealismo humanista de Julien Benda à revolução “existencial-marxista” de Jean-Paul Sartre, ou à defesa dos oprimidos dos quatro quadrantes de Edward Said, há um traço comum que percorre essas formulações. Apesar das diferenças que os separam, os três compartilham a ideia de que o intelectual deve falar em nome de princípios que transcendem interesses particulares. A essa “nobreza” da causa associou-se uma legenda heroica, por vezes quase messiânica, desse novo titã moderno. Fora dela restavam os técnicos do saber prático, os agentes da modernização ou os porta-vozes de interesses particulares — de classe,

imperiais ou nacionalistas —, todos considerados afastados da condição de autênticos intelectuais.

E se se pode dizer que a esta legenda corresponde a emergência da própria noção de intelectual moderno (tal como nos acostumamos a ler *ad nauseam* nos relatos que situam no bojo do caso Dreyfus o surgimento desse novo sujeito social), não tardaram a surgir questionamentos a essa nova classe de indivíduos que pareciam querer arrogar para si a prerrogativa jurisdicional (de dizer do justo e certo) sobre questões ético-morais, de detentores do monopólio sobre o saber legítimo, de vozes autorizadas a legislar sobre a própria condição humana. Como uma espécie de nova aristocracia que, à semelhança de sua contraparte pré-burguesa, vive em suas torres de marfim a reivindicar privilégios e distinções. Ou que, como uma infindável legião de Simões Bacamartes, julgam poder impor a todos, tiranicamente, seus augustos saberes. Oriunda dos mais diversos espectros da direita ou da esquerda, pouco importa, as recorrentes vagas anti-intelectualistas sempre procuram não apenas apodar essa categoria de perversa e perigosa, mas, com alguma frequência, persegui-la, policiá-la, controlá-la, quando não eliminá-la.

De herói a pária. É de se admitir que as definições sobre os intelectuais – o que são, o que fazem, qual sua importância, como intervém no mundo, de que modo apreendê-los – estiveram, desde seus primórdios, imersas num interminável campo de disputas. Relembrar isso aqui, ainda que de forma ligeira, não obedece a outro propósito senão o de ilustrar o quão laborioso tem sido construir um campo de estudos bem fundamentado metodológica e conceitualmente quando se parte de arquétipos que congelam, em sua particular mitologia, nossos quadros de referência e, assim, esvaziam o potencial heurístico de pesquisas específicas e historicamente situadas. Pesquisas que, como lembra Carlos Altamirano, precisam, antes de tudo, libertar-se das concepções normativas e dos vieses prescritivos que partem sempre de uma (pré)definição do que constitui esses sujeitos, do que lhes é consubstancial. Sem que se esteja atento às silenciosas maneiras como uma pergunta — “o que é um intelectual?” — se deixa infiltrar e contaminar por outra — “o que deve ser um intelectual?” —, a possibilidade de capturar as circunstâncias e os significados específicos em que essa função social (não num sentido estruturo-funcionalista, frise-se) se faz presente e operante num recorte social qualquer se esvai por inteiro.

A nosso ver, o dossiê temático que ora apresentamos aos leitores da Revista Projeto História oferece um bom exemplo de alguns dos caminhos possíveis para não sucumbir às armadilhas referidas nos parágrafos anteriores. Reunindo contribuições que, em sua diversidade de objetos, recortes temporais e abordagens metodológicas, convergem em torno de uma preocupação comum — a reconstituição das condições de produção, circulação e recepção de ideias, práticas intelectuais e formas de saber em contextos historicamente situados —, evidenciando o quanto as pesquisas recentes têm contribuído para ampliar nossos horizontes de compreensão e os problemas pertinentes à história intelectual e à história dos intelectuais. Partindo de experiências situadas entre os diferentes tempos históricos, os artigos aqui reunidos exploram as múltiplas articulações entre pensamento, política, cultura e poder, dialogando com os campos da história intelectual, dos estudos culturais, da história da educação e das epistemologias críticas. A variedade das fontes mobilizadas — epistolários, revistas pedagógicas, romances, diários de viagem e periódicos — revela tanto a riqueza do arquivo histórico disponível quanto a pluralidade de caminhos metodológicos que caracteriza a produção historiográfica contemporânea.

O dossiê se abre com o ensaio do professor Dr. Carlos Bauer, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UNINOVE), intitulado "O triângulo fatídico: raça, etnia, nação na obra de Stuart Hall". O texto propõe uma análise da obra *El triángulo funesto* — publicada originalmente em inglês pela Harvard University Press, em 2017 —, examinando a desconstrução, por Hall, das categorias de raça, etnia e nação enquanto construções históricas e discursivas. O autor evidencia como Hall articula um diálogo crítico e multifacetado com a tradição marxista, recusando o economicismo sem abdicar da centralidade da luta de classes, reelaborada por meio do conceito de articulação. Ao mesmo tempo, destaca a noção de diáspora como alternativa à ideia de uma nação homogênea e como chave interpretativa para a compreensão das identidades na modernidade tardia. O ensaio interessa particularmente aos leitores voltados para os debates que articulam teoria crítica, marxismo e estudos culturais de matriz pós-colonial.

O professor Dr. Luccas Eduardo Maldonado (UNICAMP) e o professor Me. João Victor Lourenço de Castro (USP) apresentam o artigo "A recepção do

pensamento lukacsiano ao Brasil: o epistolário de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho com Georg Lukács (1961-1970)", no qual investigam os mecanismos concretos pelos quais a obra de Lukács circulou, foi apropriada e progressivamente institucionalizada no Brasil. Tomando como fonte a correspondência trocada entre o filósofo húngaro e dois dos mais importantes intelectuais marxistas brasileiros do período, os autores acompanham a formação de redes de interlocução intelectual que culminaram em um significativo projeto editorial da Civilização Brasileira. Situado no campo da história intelectual e atento às condições materiais da produção editorial, bem como às limitações impostas pelo contexto da ditadura militar, o artigo demonstra que a recepção do pensamento lukacsiano no Brasil se processou em três momentos distintos, moldados por disputas teóricas, institucionais e conjunturais.

O professor Dr. Gustavo de Castro (UnB/CNPq) apresenta, em "Edgar Morin: uma história intelectual", os resultados parciais de uma pesquisa biográfica em curso sobre o pensador francês, desenvolvida a partir do acervo do Fonds Edgar Morin, depositado no Institut de Mémoire de l'Édition Contemporaine (IMEC), em Caen. Combinando pesquisa bibliográfica e levantamento documental sistemático — incluindo agendas, diários, memórias, autobiografias e entrevistas —, o artigo busca delinear o perfil intelectual de Morin, enfatizando a inseparabilidade entre experiência biográfica, produção teórica e compromisso ético. Particular atenção é dedicada à atuação do filósofo como editor das revistas *Arguments* (1956-1962) e *Communications* (a partir de 1961), espaços privilegiados para observar sua concepção da vida intelectual como prática coletiva, dialógica e interdisciplinar.

O professor Dr. Arilson dos Santos Gomes (UNILAB/PPGH-UFC), em "'Ser negro é enfrentar uma história': intelectuais, Estado e ações afirmativas na cultura brasileira e cearense", problematiza, em perspectiva de longa duração — das décadas de 1940 à contemporaneidade —, a participação dos intelectuais na organização da cultura, desde a produção de saberes estereotipadores nos Institutos Históricos até os protagonismos dos movimentos negros contemporâneos. Por meio da análise da legislação, da bibliografia e de depoimentos, o artigo demonstra como as intelectualidades

negras tensionaram o campo cultural e impulsionaram mudanças institucionais decisivas para o reconhecimento positivo das diferenças, com especial atenção ao caso cearense.

O quinto artigo deste dossiê é assinado pelas professoras Dra. Cláudia Maria Petchak (UNESPAR/PROFEI), Dra. Maria Isabel Moura Nascimento (UNICAMP/PPGE) e Dra. Bruna Aldine Muller (UEM). Intitulado "A imprensa pedagógica como estratégia ideológica: a revista *O Ensino* e o inspetor César Prieto Martinez no Paraná (1922-1924)", o artigo investiga o uso da imprensa por intelectuais vinculados ao aparato estatal no início do século XX, tendo como fonte central a revista *O Ensino*, periódico coordenado pelo inspetor escolar César Prieto Martinez no Paraná. As autoras buscam demonstrar como a imprensa pedagógica atuou como elo estratégico entre o Estado e os profissionais da educação, articulando projetos pedagógicos, iniciativas de modernização e interesses políticos em uma conjuntura marcada pela consolidação da escola pública republicana.

O artigo do professor Dr. Hélder Remigio de Amorim (UNICAP/PPGH), "Saberes em trânsito: contribuições da trajetória docente para a formação intelectual de Josué de Castro", analisa a formação intelectual desse destacado pensador brasileiro a partir de sua trajetória docente e das redes de sociabilidade que estruturaram sua atuação entre as décadas de 1920 e 1940. Inscrito no campo da história intelectual e atento à circulação e mediação de saberes, o estudo evidencia a articulação entre medicina, geografia e ciências sociais na constituição de um intelectual interdisciplinar, inserido em circuitos acadêmicos, institucionais e jornalísticos. Ao privilegiar a docência como espaço fundamental para a elaboração e difusão de ideias, o artigo contribui para ampliar a compreensão dos processos de formação intelectual no Brasil do século XX.

O pesquisador Dr. Rodolfo Costa Machado (PUC-SP) – juntamente com o professor Dr. Antônio Rago Filho (PUC-SP) – reconstituem, em "A cruz e a espada: a revista *Hora Presente* na ditadura militar, uma via de transnacionalização do integrismo brasileiro durante a Guerra Fria (1968-1978)", a aliança entre o catolicismo integrista e os militares brasileiros por meio da análise da revista *Hora Presente* e da atuação de seu principal articulador intelectual, o jurista José Pedro Galvão de Sousa. Com base na

literatura especializada, em documentos militares e nas edições do periódico, os autores mapeiam as conexões transnacionais dessa corrente antimodernista — incluindo a *Cité Catholique* de Jean Ousset, neotradicionalistas espanhóis, argentinos filonazistas e um teólogo polonês radicado no Chile —, demonstrando como esses agentes se articularam em torno da utopia regressiva de restaurar uma ordem cristã tradicional em plena Guerra Fria. O artigo representa um importante aporte ao estudo do pensamento conservador no Brasil.

O bloco de artigos do dossiê é encerrado com o texto da professora Dra. Liz Andréa Dalfré (UnB), "Imagem como conceito, memória como futuro: a sociologia da imagem de Silvia Rivera Cusicanqui para a interpretação histórica", que analisa os aportes teórico-metodológicos da socióloga boliviana, com ênfase em sua proposta de sociologia da imagem como ferramenta de interpretação do passado e da memória. O artigo discute conceitos centrais da obra de Rivera Cusicanqui — *ch'ixi* e *pachakutí* — e argumenta que, em sua perspectiva, a imagem ultrapassa o estatuto de fonte ilustrativa para se tornar um conceito analítico capaz de acessar experiências históricas frequentemente silenciadas pela documentação escrita. Ao fazê-lo, o estudo insere-se nos debates contemporâneos sobre historiografias descolonizadoras e sobre a reconfiguração do estatuto epistemológico das imagens no campo da história.

II

Na seção de artigos livres, o professor Dr. Huerto Eleutério de Luna (UEPB) e o professor Dr. Luiz Mário Dantas Burity (PPGH-UFPB) propõem, em "Um projeto a longo prazo: crítica genética do romance *A bagaceira* (1921-1928)", uma revisão da historiografia literária brasileira que, de forma hegemônica, situou a gênese do Romance de 30 na ruptura estética da Semana de Arte Moderna paulista de 1922. Demonstrando que o romance de José Américo de Almeida já estava em elaboração antes desse evento e que sua composição se nutriu sobretudo do circuito literário paraibano dos anos 1920, o artigo articula os instrumentos da crítica genética às questões da história literária, oferecendo novos elementos para a compreensão da historiografia da literatura brasileira.

O professor Dr. Gilberto Alves Araújo (University of the Witwatersrand), em conjunto com a professora Me. Gizélia Maria da Silva Freitas (UFPA) e a professora Dra. Eliene Rodrigues Sousa (UFT), examinam, em "Do fardo do homem branco à 'tirania da culpa' colonial: discursos de desresponsabilização histórica e alívio de consciência por Nigel Biggar", o livro *Reparations* (2025), do teólogo moral anglicano Nigel Biggar, por meio da Análise Crítica do Discurso de matriz dialético-relacional. Aplicando o modelo tridimensional de Fairclough, os autores argumentam que a obra recodifica a responsabilidade histórica como "culpa imaginária" e "tirania", medicalizando a culpa coletiva e instaurando uma política da prova que reenquadra a centralidade branca como vulnerabilidade moral. O artigo insere-se, assim, nos debates contemporâneos sobre colonialismo, racismo e reparações.

A professora Dra. Bianca Manzon Lupo (FAU-USP/UMC/UNINOVE) investiga, em "E depois do Grande Museu Egípcio? O desejo pela repatriação da Pedra de Rosetta e a renovação do Museu Britânico", as conexões entre arquitetura, design de exposições e arte contemporânea no contexto dos debates sobre repatriação de acervos. Adotando metodologia exploratória e qualitativa, o artigo examina como o surgimento do Grande Museu Egípcio fragiliza o argumento da "falta de infraestrutura" historicamente utilizado para justificar a retenção de peças em museus europeus, e analisa os projetos de renovação arquitetônica e expográfica anunciados pelo *Museu Britânico* à luz dessas disputas. A pesquisa situa-se na interface entre história, museologia e teoria arquitetônica.

A professora Dra. Cláudia Alves (UFF), juntamente com o professor Me. Bruno Almeida Regis dos Santos (UFF), assinam o artigo intitulado "Gilberto Chrockatt de Sá na direção da Escola do Trabalho do Rio de Janeiro (1938-1941): o intelectual e suas redes de sociabilidade no debate de um projeto nacional de educação profissional". A partir do conceito de intelectual elaborado por Jean-François Sirinelli, os autores analisam a atuação de Gilberto Chrockatt de Sá à frente da instituição e sua participação nas articulações políticas em torno de um novo regulamento para a educação profissional durante o Estado Novo. O estudo evidencia como sua experiência administrativa repercutiu em âmbito nacional e contribuiu para a constituição de redes intelectuais e projetos de educação profissional no período varguista.

III

Na seção de notícias de pesquisa, a doutoranda Marina Angélica Celestino (PUC-SP) apresenta resultados parciais de sua tese de doutoramento em andamento, intitulada "O Corpo Místico do Império Português pela educação jesuítica na Bahia Colonial". Em "A produção letrada inaciana e a acomodação retórica: uma construção do lugar de memória pelos sermões seiscentistas", a pesquisadora analisa obras do padre Jorge Benci S.J. — especialmente Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (1705) — como dispositivos retórico-políticos intrínsecos à racionalidade do poder colonial. Articulando as perspectivas de João Adolfo Hansen e Michel Foucault, a notícia demonstra como a produção letrada jesuítica atuou como mecanismo normativo de legitimação da ordem escravista no seio do Império Português seiscentista.

A pesquisadora Gabriela Pascale Figueiredo (PUC-SP/CAPES) apresenta, em "Literatura de viagem e cultura material: a sociedade florentina renascentista sob o olhar de Michel de Montaigne (século XVI)", os resultados de uma iniciação científica desenvolvida entre 2024 e 2025 e posteriormente desdobrada em projeto de mestrado. Por meio da análise do *Journal de Voyage en Italie par la Suisse et l'Allemagne (1580-1581)*, a pesquisadora examina os registros de Montaigne sobre a cultura material florentina do final do Cinquecento, explorando os conflitos e as dinâmicas de classe na era moderna. O trabalho evidencia o potencial da literatura de viagem como ferramenta historiográfica para o estudo da vida material e das representações sociais no período renascentista.

IV

O volume encerra-se com a resenha do professor Dr. Alex Rolim Machado (SEDUC-AL), "Stasis à brasileira?", que apresenta e discute criticamente a edição brasileira de *Stasis: a guerra civil como paradigma político* (Boitempo, 2025), de Giorgio Agamben — obra que encerra o extenso ciclo *Homo Sacer*, iniciado em 1995. O resenhista percorre os três ensaios que compõem o volume — sobre a stasis grega, sobre o frontispício do *Leviatã* de Hobbes e sobre as relações entre guerra, jogo e inimigo em Carl Schmitt — ao mesmo tempo em que provoca o leitor a refletir sobre as tensões e os limites

de uma abordagem centrada predominantemente no horizonte europeu-ocidental quando confrontada com a experiência histórica brasileira.

V

A Comissão Editorial da Revista Projeto História agradece a todos os autores e autoras que submeteram suas contribuições, bem como aos pareceristas que, por meio de leituras atentas e criteriosas, tornaram possível a composição deste número. Esperamos que o conjunto de textos aqui reunido suscite novas questões, fomenta investigações futuras e contribua para o aprofundamento dos debates historiográficos nos diferentes campos contemplados por esta edição.

Antes de fechar esta apresentação, cabe uma homenagem escrita ainda no calor dos acontecimentos. Quando os trabalhos de edição deste número já se encontravam em fase final, recebemos com tristeza a notícia do falecimento do historiador italiano Carlo Ginzburg (1939–2026), um dos intelectuais mais influentes e originais das últimas décadas. Autor de obras fundamentais como *O queijo e os vermes*, *Os andarilhos do bem* e *Mitos, emblemas e sinais*, Ginzburg transformou profundamente o ofício do historiador ao demonstrar como a investigação de casos singulares, em escala reduzida, podia iluminar problemas históricos de alcance muito mais amplo. Sua obra contribuiu decisivamente para a renovação da historiografia contemporânea, legando-nos não apenas um repertório conceitual e metodológico de extraordinária riqueza, mas também uma permanente reflexão sobre as relações entre verdade, prova, memória e justiça.

Sua imagem estampa a capa deste volume, escolhida durante os trabalhos finais de edição como uma homenagem a um intelectual cuja trajetória marcou gerações de pesquisadores em diferentes partes do mundo. No Brasil, suas ideias encontraram acolhida particularmente fecunda, influenciando pesquisadores de diferentes áreas e gerações. A comunidade historiográfica brasileira acompanhou de perto sua trajetória intelectual, seja por meio da ampla circulação de seus livros, seja por suas visitas e diálogos com pesquisadores e instituições do país. Ao encerrarmos este volume dedicado aos intelectuais, registramos nossa homenagem a um historiador cuja trajetória demonstrou, de maneira exemplar, a força da pesquisa

histórica, o alcance público do trabalho intelectual e o compromisso permanente com a crítica e a busca do rigor.

São Paulo / Recife, 23 de junho de 2026.

Alberto Luiz Schneider é professor do departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Flávio Weinstein Teixeira é professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).